

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, Osasco, 07 de março de 2016.
Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.
Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2015	2014			
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	2.613.114	1.873.116	CIRCULANTE	1.414.153	885.067
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	332.955	115.152	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 17g)	11.225	12.016
Ativos Financeiros (Nota 6)	185.699	18.318	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Pagar (Nota 12d)	1.402.828	872.971
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 16a)	831.296	664.581	Outras Obrigações	100	80
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17f)	131.557	81.947			
Valores a Receber (Nota 8)	1.100.215	972.459	NÃO CIRCULANTE	498.005	316.293
Outros Créditos	4.240	3.327	Provisão para Impostos e Contribuições	39.384	16.655
Créditos Tributários (Nota 17c)	27.152	17.332	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11)	458.621	299.638
NÃO CIRCULANTE	29.420.434	26.370.657			
Realizável a Longo Prazo	3.558.072	2.646.628	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.121.390	27.042.413
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7)	637.903	290.413	Capital Social (Nota 12a)	15.100.000	13.200.000
Valores a Receber (Nota 8)	2.069.980	1.672.471	Reservas de Lucros (Nota 12c)	15.432.336	13.702.036
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17f)	380.851	378.760	Outros Resultados Abrangentes	(410.946)	140.377
Depósitos Judiciais	339.994	218.026			
Créditos Tributários (Nota 17c)	129.344	86.958			
Investimentos (Nota 9)	25.822.157	23.683.824			
Intangível (Nota 10)	40.205	40.205			
TOTAL	32.033.548	28.243.773	TOTAL	32.033.548	28.243.773

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	4.550.315	3.996.373
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9a)	4.140.172	3.758.366
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 15)	540.098	333.731
Despesas Tributárias (Nota 13)	(127.637)	(94.770)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(2.318)	(954)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.550.315	3.996.373
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	26.181	17.915
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.576.496	4.014.288
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)	0,62	0,56
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 12b)	0,62	0,56

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Lucro Líquido	4.576.496	4.014.288
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(551.323)	179.136
Total do Resultado Abrangente	4.025.173	4.193.424

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais								
Eventos	Capital Social	Legal	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais	
			Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11.600.000	309.249	11.405.302	85.526	(38.759)	-	23.361.318	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	4.014.288	4.014.288	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	179.136	-	179.136	
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	4.193.424	
Aumento de Capital por Subscrição	611.900	-	-	-	-	-	611.900	
Aumento de Capital Social com Reservas	988.100	-	(988.100)	-	-	-	-	
Destinações: - Reservas	-	200.714	2.689.345	-	-	(2.890.059)	-	
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	-	(1.124.229)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	13.200.000	509.963	13.106.547	85.526	140.377	-	27.042.413	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	4.576.496	4.576.496	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(551.323)	-	(551.323)	
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	4.025.173	
Aumento de Capital por Subscrição	775.200	-	-	-	-	-	775.200	
Aumento de Capital Social com Reservas	1.124.800	-	(1.124.800)	-	-	-	-	
Destinações: - Reservas	-	228.825	2.626.275	-	-	(2.855.100)	-	
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.721.396)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	15.100.000	738.788	14.608.022	85.526	(410.946)	-	30.121.390	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

- 1) CONTEXTO OPERACIONAL**
A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários.
A autorização para a emissão de demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2016.
- 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.
- 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.
c) Instrumentos financeiros
(i) Classificação dos ativos financeiros
Ativos financeiros
Ativo financeiro - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
Os valores dos ativos financeiros estão apresentados na Nota 6.
(ii) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros, estão apresentados na Nota 7.
(iii) Classificação por nível hierárquico
Os ativos financeiros a valor justo, por meio de resultado, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.
d) Valores a receber
Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 8.
e) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminadas na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 9.
f) Ativos intangíveis
Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.
Ágio (Goodwill)
O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.
O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis estão apresentados na Nota 10.
g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos a esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2015 e de 2014, não houve perdas por impairment.
h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
Detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

Patrimônio líquido		Resultado ajustado		Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %		Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
Empresas		Capital social		ON		PN		31.12.2015		31.12.2014	
Banco Bradesco S.A. (1) (3)	43.100.000	91.220.475	18.132.906	1.201.653	608	23,81	21.722.458	19.637.684	4.254.708	3.499.829	
NCF Participações S.A. (1)	4.299.354	6.848.573	4.299.227	843.212	-	29,51	2.705.824	2.547.991	(169.021)	212.992	
Bradespar S.A. (1) (3)	4.100.000	7.937.504	(2.590.301)	44.883	301	19,93	1.026.038	1.553.966	(337.365)	8.589	
Titanium Holdings S.A. (1)	350.000	735.674	107.616	37.056	-	50,00	367.837	342.783	53.808	37.556	
Total							25.822.157	23.683.824	4.140.172	3.758.366	

- (1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015;
(2) As ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e
(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, que não de diferem das praticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco e da Bradespar foram divulgadas em 7 de março de 2016 e em 21 de março de 2016, respectivamente.

Em 31 de dezembro		
2015	2014	
Aplicação em operações compromissadas (1)	637.903	290.413
Total	637.903	290.413
(1) Referem-se a operações compromissadas com lastro em Debentures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Bradesco Leasing"), a taxa de 100% do DI, com vencimentos para novembro de 2017 e dezembro de 2017.		

8) VALORES A RECEBER

Em 31 de dezembro		
2015	2014	
Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (1)	1.100.215	971.337
Contratos de mútuo	-	1.122
Total	1.100.215	972.459
Não Circulante		
Contratos de mútuo (2)	2.069.980	1.672.471
Total	2.069.980	1.672.471

- (1) Adiantamento para futuro aumento de capital, acrescido da variação da taxa SELIC; e
(2) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para março de 2016. Adicionalmente, ocorreu o aditamento do Instrumento Particular de Contrato de Mútuo, alterando o vencimento para março de 2018, mantendo as condições do referido Instrumento inalteradas e em pleno vigor.

- 9) INVESTIMENTOS**
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 4.140.172 (2014 - R\$ 3.758.366).
b) A composição dos investimentos de coligadas e controladas estão demonstradas a seguir:

Em 31 de dezembro		
2015	2014	
Ordinárias	7.392.706.325	7.179.739.293
Total	7.392.706.325	7.179.739.293

- Em Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de março de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 775.200, elevando-o de R\$ 13.200.000 para R\$ 13.975.200, mediante a subscrição de 212.967,032 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.
Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 29 de abril de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.124.800, elevando-o de R\$ 13.975.200 para R\$ 15.100.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária para Aumento de Capital".

Em 31 de dezembro		
2015	2014	
Ordinárias	7.392.706.325	7.179.739.293
Total	7.392.706.325	7.179.739.293

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de março de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 775.200, elevando-o de R\$ 13.200.000 para R\$ 13.975.200, mediante a subscrição de 212.967,032 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.
Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 29 de abril de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.124.800, elevando-o de R\$ 13.975.200 para R\$ 15.100.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária para Aumento de Capital".

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32

Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 0,62 (2014 - R\$ 0,56), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	4.576.496	4.014.288
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	7.339.465	7.133.242
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	0,62	0,56

c) Reservas de lucros

- (i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;
- (ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 80% do capital social integralizado; e
- (iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício de 2015, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	4.576.496	
Reserva legal	(228.825)	
Base de cálculo ajustada	4.347.671	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados	1.721.396	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2)	(172.205)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2015	1.549.191	35,6
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2014	1.011.638	26,5

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e

(2) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte, referente aos Juros Sobre o Capital Próprio dos acionistas isentos.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
COFINS	105.289	64.990
PIS	22.226	14.110
Outras	122	15.670
Total	127.637	94.770

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Serviços prestados por terceiros	1.833	420
Despesas e publicações	302	302
Editais e publicações	125	160
Outras	58	72
Total	2.318	954

15) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Juros ativos, líquidos de juros passivos	403.161	285.108
Rendimento de ativos financeiros	100.025	39.297
Variação cambial	36.912	9.326
Total	540.098	333.731

16) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	Controlador		Controle conjunto e coligadas (1)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (2)		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos										
Caixa/disponibilidades	-	-	11	5	-	-	114.221	59.941	114.232	59.946
Aplicações financeiras	-	-	184.368	-	-	-	639.234	308.731	823.602	308.731
Valores a receber de ligadas	570.174	347.893	2.600.021	2.295.915	-	-	-	1.122	3.170.195	2.644.930
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	831.296	664.581	-	-	-	-	831.296	664.581
Passivos										
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.116.105	693.069	-	-	286.723	179.902	-	-	1.402.828	872.971

	Exercício findos em 31 de dezembro - R\$ mil									
	Controlador		Controle conjunto e coligadas (1)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (2)		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receitas de juros/outras	64.369	29.576	304.106	206.030	-	-	20	103	368.495	235.709
Receitas de Juros sobre capital próprio	-	-	1.233.008	855.131	-	-	-	-	1.233.008	855.131
Receitas de aplicação	-	-	1.218	-	-	-	76.489	33.789	77.007	33.789

(1) Banco Bradesco S.A., Bradespar S.A., NCF Participações S.A., e Titanium Holdings S.A; e

(2) Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman Branch e NCD Participações Ltda.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 300, excluindo-se os encargos sociais, para remuneração dos Administradores.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Proventos	231	252
Encargos sociais	71	50
Total	302	302

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	4.550.315	3.996.373
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(1.547.107)	(1.358.770)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	1.407.658	1.277.844
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	585.275	382.238
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(419.222)	(290.745)
Outros	(423)	7.345
Imposto de renda e contribuição social do exercício	26.181	17.915

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(26.025)	(8.409)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no exercício sobre adições temporárias	53.629	26.606
Realização no exercício sobre prejuízo e base negativa	(1.423)	(282)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	26.181	17.915

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2014	Constituição	Realização	2015
Provisões fiscais	82.083	53.623	-	135.706
Outras provisões	16	6	-	22
Total dos créditos tributários	82.099	53.629	-	135.728
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social	22.191	-	1.423	20.768
Total dos créditos tributários, líquidos	104.290	53.629	1.423	156.496
Obrigações fiscais diferidas	16.655	22.729	-	39.384
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	87.635	30.900	1.423	117.112

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2016	19.965	7.187	-	-	27.152
2017	29.939	10.778	-	-	40.717
2018	49.896	17.963	-	-	67.859
Após 2019	-	-	10.207	10.561	20.768
Total	99.800	35.928	10.207	10.561	156.496

e) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2015, não foram constituídos créditos tributários, no montante de R\$ 22.470 (2014 - R\$ 22.470), os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração.

f) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 131.557 (2014 - R\$ 81.947) e no ativo não circulante, no montante de R\$ 380.851 (2014 - R\$ 378.760) referem-se a imposto de renda e contribuição social do período atual e de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, imposto retido na fonte sobre aplicações em debêntures e juros sobre o capital próprio.

g) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 11.225 (2014 - R\$ 12.016), referem-se, basicamente, à provisão sobre o parcelamento da anistia, no montante de R\$ 11.211 (2014 - R\$ 10.308).

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2015 e 2014;

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014; e

c) Em 1º de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426, que restabelece, a partir de 1º de julho de 2015, as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4,00%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

19) EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Em Assembleia Geral Extraordinária, de 14 de janeiro de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 1.227.900, mediante a subscrição de 291.662.707 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 4.210,00 por lote de 1.000 ações, para subscrição pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Membros

Denise Aguiar Alvarez

João Aguiar Alvarez

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Milton Matsumoto

José Alcides Munhoz

Aurélio Conrado Boni

Domingos Figueiredo de Abreu

Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente

Alexandre da Silva Glüher

Josué Augusto Pancini

Maurício Machado de Minas

Marcelo de Araújo Noronha

Lia Maria Aguiar

Lina Maria Aguiar

Maria Angela Aguiar

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Diretor Vice-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores

Denise Aguiar Alvarez

João Aguiar Alvarez

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Marcos Aparecido Galende

Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos

relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cidade de Deus em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de março de 2016

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri

Contador CRC 1SP153569/O-0